



CIRCUITO FORMATIVO EM EDUCAÇÃO INCLUSIVA

EDUCAÇÃO INFANTIL: DIÁLOGOS E COMPARTILHAMENTO DE SABERES PARA INCLUSÃO DE CRIANÇA COM DEFICIÊNCIA

Ronailde Lima Silva



UNIFESSPA
Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará

PROFEI
Programa de Mestrado Profissional em
Educação Inclusiva

ORIENTADORA
Lucélia Cardoso Calvacante

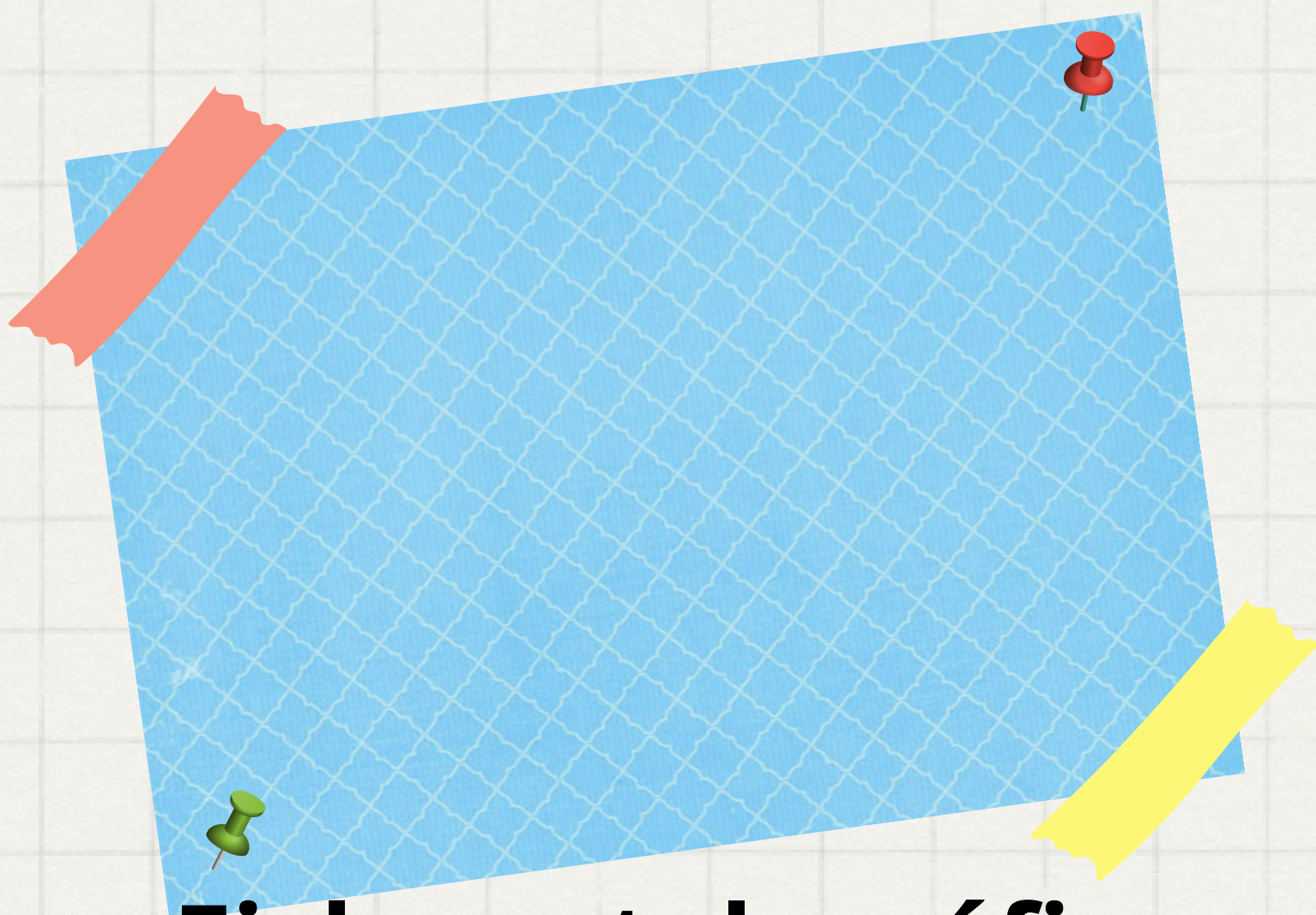
ELABORAÇÃO
Ronailde Lima Silva

ILUSTRAÇÃO
FRE PIK E Plataforma CANVA

DESIGN GRÁFICO
Ronailde Lima Silva



MESTRADO PROFISSIONAL EM
EDUCAÇÃO INCLUSIVA



Ficha catolográfica

APRESENTAÇÃO

Este material trata-se da estruturação do Circuito Formativo em Educação Inclusiva intitulado “Educação Infantil: Diálogos e compartilhamento de saberes para inclusão de crianças com deficiência”, proposto como produto educacional elaborado a partir da pesquisa de dissertação intitulada “Processos formativos: práticas e desafios para educação inclusiva em um núcleo de educação infantil no município de Marabá-PA”.

Ressalta-se que este é o esboço do Produto Educacional, organizado a partir das demandas das professoras participantes da investigação realizada pela mestrande Ronailde Lima Silva, orientada pela professora Dra. Lucélia Cardoso Cavalcante, no curso de Pós-graduação do Mestrado Profissional em Educação Inclusiva (PROFEI) vinculado a Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (UNIFESSPA) – Campus de Marabá, no ano de 2023.

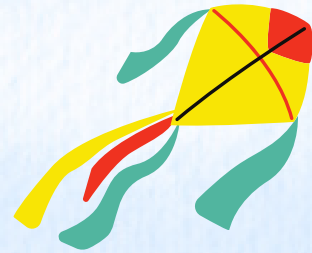
CIRCUTO FORMATIVO EM EDUCAÇÃO INCLUSIVA

EDUCAÇÃO INFANTIL: DIÁLOGOS E COMPARTILHAMENTO DE SABERES PARA INCLUSÃO DE CRIANÇA COM DEFICIÊNCIA

Carga horária presencial: 24 horas

Carga horária extra-classe: 16 horas

Carga horária Total do circuito: 40 horas



Objetivo geral:

Proporcionar aos professores e demais profissionais, que atuam na educação infantil do Núcleo de Educação Infantil, reflexões acerca do processo de inclusão das crianças com deficiência no ambiente escolar, bem como oportunizar o acesso a diferentes materiais teóricos referente aos pressupostos da educação especial na perspectiva da educação inclusiva e estratégias pedagógicas que possam contribuir com a inclusão educacional deste público de crianças.



Objetivo específicos:

- Discutir sobre os pressupostos e práticas da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva.
 - Refletir sobre Deficiência e Educação: Questões terminológicas, perfis e potenciais de aprendizagem
 - Planejar e construir um Plano Educacional Individualizado-PEI
 - Promover momentos de discussão sobre o Desenho Universal aplicado à Aprendizagem – DUA.
 - Ensino Colaborativo no apoio à inclusão escolar
- Produzir materiais didáticos acessíveis.



1º Encontro: Circuito Formativo em Educação Inclusiva



Pressupostos e práticas da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva

A temática aborda acerca da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva: direitos, desafios e a importância das Leis que garantam o ensino, o acesso à educação para todos.

SIGNIFICADO EDUCAÇÃO INCLUSIVA E O DIREITO À EDUCAÇÃO

- Significa que não podemos deixar de fora;
- Educação como direito;
- Que precisamos garantir condições acessíveis e ofertar respostas educacionais que propicie aprendizagem para todos;

Porque o termo educação e o adjetivo “inclusiva”?



É preciso compreender conceitos correlatos...

- Inclusão é um conceito amplo e genérico – no contexto de uma sociedade capitalista.
- Inclusão e Educação
- Inclusão e Educação Especial
- Educação Especial: questões conceituais

Educação Inclusiva

Inclusão escolar/
escolarização

Inclusão Educacional

QUE PARÂMETROS TEMOS PARA EFETIVAÇÃO DA INCLUSÃO ESCOLAR?

IGUALDADE



JUSTIÇA

O QUE TEMOS DE LEGISLAÇÃO?

19 Decretos em 22 anos

1. Decreto nº 914/93 - Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência
2. Decreto nº 2.264/97 - Regulamenta a Lei nº 9.424/96
3. Decreto nº 2.208/97 - Regulamenta Lei 9.394 que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional
4. Decreto nº 3.298/99 - Regulamenta a Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, consolida as normas de proteção, e dá outras providências
5. Decreto nº 3.076/99 - Cria o CONADE
6. Decreto nº 3.691/00 - Regulamenta a Lei nº 8.899/96
7. Decreto nº 3.952/01 - Conselho Nacional de Combate à Discriminação
8. Decreto nº 3.956/01 - (Convenção da Guatemala) Promulga a Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Pessoas Portadoras de Deficiência
9. Decreto nº 3.956/01 - (Convenção da Guatemala) Promulga a Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Pessoas Portadoras de Deficiência.
10. Decreto nº 5.296/04 - Regulamenta as Leis nº 10.048 e 10.098 com ênfase na Promoção de Acessibilidade
11. Decreto nº 5.296/04 - Regulamenta as Leis nº 10.048 e 10.098 com ênfase na Promoção de Acessibilidade
12. Decreto nº 5.626/05 - Regulamenta a Lei 10.436 que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS
13. Decreto nº 6.949 - Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007
14. Decreto Nº 6.094/07 - Dispõe sobre a implementação do Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação
15. Decreto Nº 6.215/07 - institui o Comitê Gestor de Políticas de Inclusão das Pessoas com Deficiência - CGPD
16. Decreto Nº 6.214/07 - Regulamenta o benefício de prestação continuada da assistência social devido à pessoa com deficiência
17. Decreto Nº 186/08 - Aprova o texto da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e de seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova Iorque, em 30 de março de 2007
18. Decreto Nº 6.571/08 - Dispõe sobre o atendimento educacional especializado;
19. Decreto 7611 /11 Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências.

Documentos oficiais com diretrizes para a implementação da Política de Educação Inclusiva: Portarias (8) , resoluções (6) e avisos (1)

PORTARIAS

Portaria nº 976/06 - Critérios de acessibilidade os eventos do MEC –

Portaria nº 1.793/94 - Dispõe sobre a necessidade de complementar os currículos de formação de docentes e outros profissionais que interagem com portadores de necessidades especiais e dá outras providências

Portaria nº 3.284/03 - Dispõe sobre requisitos de acessibilidade de pessoas portadoras de deficiências, para instruir os processos de autorização e de reconhecimento de cursos, e de credenciamento de instituições

Portaria nº 319/99 - Institui no Ministério da Educação, vinculada à Secretaria de Educação Especial/SEESP a Comissão Brasileira do Braille, de caráter permanente

Portaria nº 554/00 - Aprova o Regulamento Interno da Comissão Brasileira do Braille

Portaria nº 8/01 – Estágios

Portaria nº 976/06 - Critérios de acessibilidade os eventos do MEC

Portaria nº 3.284/03 - Dispõe sobre requisitos de acessibilidade de pessoas portadoras de deficiências, para instruir os processos de autorização e de reconhecimento de cursos, e de credenciamento de instituições

RESOLUÇÕES

Resolução nº4 CNE/CEB

Resolução CNE/CP nº 1/02 - Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores

Resolução CNE/CEB nº 2/01 - Normal O 21 Institui Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica

Resolução CNE/CP nº 2/02 - Institui a duração e a carga horária de cursos

Resolução nº 02/81 - Prazo de conclusão do curso de graduação

Resolução nº 05/87 - Altera a redação do Art. 1º da Resolução nº 2/81

AVISO

1. Aviso Circular nº 277/96 - Dirigido aos Reitores das IES solicitando a execução adequada de uma política educacional dirigida aos portadores de necessidades especiais

POLÍTICA NACIONAL DE EDUCAÇÃO ESPECIAL NA PERSPECTIVA INCLUSIVA - 2008

META 4: Universalizar, para a população de 4 (quatro) a 17 (dezesete) anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, o acesso à educação básica e ao atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino, com a garantia de sistema educacional inclusivo, de salas de recursos multifuncionais, classes, escolas ou serviços especializados, públicos ou conveniados.

A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva Inclusiva
Garante atendimento educacional especializado a alunos com deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino.

Quais alunos com deficiência tem esse direito garantido?

- Deficiência física
- Deficiência visual
- Deficiência auditiva
- Surdez
- Deficiência múltipla
- Surdocegueira
- Deficiência intelectual
- Transtorno do Espectro do autismo
- Altas Habilidades/superdotação

É preciso assumir a transversalidade da Educação Especial

Educação Infantil
Ensino Médio
Ensino Fundamental
Ensino Superior
Ed. de Jovens e Adultos
Educação Indígena
Educação do Campo
Educação Quilombola

Sugestão de leitura para trabalhar a temática:

SILVA, G. A.; CASTRO, L. R.; RABELO, L.; C. Transversalidade Da Educação Especial via práticas extensionistas: Experiência Do Núcleo de Acessibilidade e Inclusão Acadêmica da Unifesspa. In: IV CONGRESSO PARAENSE DE EDUCAÇÃO ESPECIAL, 2017, Marabá-PA. Anais CPEE Unifesspa. ISSN 2526-3579.



Sugestão de vídeo para trabalhar a temática: EDUCAÇÃO ESPECIAL E TRANSVERSALIDADE DA EDUCAÇÃO BÁSICA À SUPERIOR

<https://www.youtube.com/watch?v=HrAKPCBcOOQ>

2º Encontro: Circuito Formativo em Educação Inclusiva



Deficiência e Educação: Questões terminológicas, perfis e potenciais de aprendizagem

O que é acessibilidade?

Para pensar!



Acessibilidade é uma questão de atitude e respeito às diferenças. É preciso estar atento para não criar barreiras que atrapalhem o dia a dia das pessoas com deficiência.



Estima-se que, no Brasil, cerca de 15% da população apresentem algum tipo de deficiência. Por isso, há lei específica para tratar dos critérios básicos para a promoção da acessibilidade. Trata-se do Decreto nº 5.296 de 2004, que detalha a obrigatoriedade do atendimento prioritário, as condições arquitetônicas de acessibilidade, entre vários outros direitos desse público.

2º Encontro: Circuito Formativo em Educação Inclusiva



Eixo de atuação

ATITUDINAL

Inclusão é uma questão de atitude. E de sensibilidade. É preciso ajudar a comunidade acadêmica a enfrentar o preconceito e incentivar mudanças de atitude, visando à remoção de barreiras que impedem a acessibilidade.



PEDAGÓGICO

A garantia de pleno acesso, participação e aprendizagem das pessoas com deficiência, dá-se por meio da disponibilização de materiais didáticos e pedagógicos acessíveis; de equipamentos de tecnologia assistiva e de serviços de guia-intérprete e de tradutores e intérpretes de Libras.

ARQUITETÔNICO

Inexistência de barreiras ambientais físicas nas casas, nos edifícios, nos espaços ou equipamentos urbanos e nos meios de transporte individuais ou coletivos.



2º Encontro: Circuito Formativo em Educação Inclusiva



Terminologias

Pessoas com deficiência são aquelas que têm impedimentos de natureza física, intelectual ou sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade com as demais pessoas (art. 1 – ONU, 2006).



DICAS!

As pessoas com deficiência querem ter autonomia para realizar suas tarefas. Ajudar é importante, mas melhor ainda é oferecer condições para que esse público possa conviver com independência.

Terminologias Inadequadas

Excepcional (não se deve ressaltar primeiramente a excepcionalidade da condição que a pessoa apresenta, mas o fato de ser pessoa, apesar de apresentar uma deficiência);

Deficiente (a pessoa com deficiência tem um impedimento específico, mas não é em sua totalidade uma pessoa deficiente);

Pessoa portadora de deficiência (a deficiência não é uma condição que a pessoa pode portar ou deixar de portar. Ela tem aquela deficiência);

Portadores de necessidades especiais (não há portabilidade na deficiência. Ela existe. Também não se considera adequado o termo necessidades especiais porque é demasiado genérico, não especificando a condição de existência de uma deficiência).



Terminologia Adequada



Utilize a terminologia
Pessoa com Deficiência

Sendo assim, a denominação consagrada na Convenção dos Direitos da Pessoa com Deficiência, da Organização das Nações Unidas (ONU) que foi incorporada à Constituição Brasileira, é **pessoa com deficiência**. Com esta denominação, a pessoa é ressaltada em primeiro lugar, e portanto, a sua igualdade com as demais pessoas. O acréscimo da expressão com deficiência reconhece, sem eufemismos, que há uma limitação, que deve ser levada em conta, mas que não é o principal nem o Mais importante. Portanto, utilizemos a expressão **pessoa com deficiência**.



2º Encontro: Circuito Formativo em Educação Inclusiva



Sugestões de leitura para trabalhar a temática:

NAIA, Núcleo de Acessibilidade e Inclusão Acadêmica – NAIA. Cartilha Inclusiva. Cartilha Informativa – Educação Inclusiva. Programa de Monitoria no apoio ao atendimento educacional especializado dos discentes com deficiência da UNIFESSPA, 2ª Edição – 2016.



REVISTA, Acessibilidade na UFC. Secretaria de Acessibilidade UFC Inclui. Universidade Federal do Ceará– Disponível em: [NAIA, Núcleo de Acessibilidade e Inclusão Acadêmica – NAIA. Cartilha I](#) - Acesso: 05 de abril de 2023.

2º Encontro: Circuito Formativo em Educação Inclusiva



Desenho Universal aplicado à Aprendizagem – DUA

Você já ouviu falar em Desenho Universal aplicado à Aprendizagem?



O Desenho Universal para Aprendizagem (DUA) é uma abordagem que procura minimizar as barreiras metodológicas de aprendizagem, tornando o currículo acessível para todos os alunos, pois possibilita a utilização de diversos meios de representação do conteúdo, de execução e de engajamento na tarefa.

2º Encontro: Circuito Formativo em Educação Inclusiva



Desenho Universal aplicado à Aprendizagem – DUA

IGUALDADE NÃO SIGNIFICA JUSTIÇA



O DUA tem como objetivo auxiliar os educadores e demais profissionais a adotarem modos de ensino de aprendizagem adequados, escolhendo e desenvolvendo materiais e métodos eficientes, de forma que seja elaborado de forma mais justas e aprimorados para avaliar o progresso de todos os estudantes (ZERBATO e MENDES, 2018).

Para refletir!

Como o DUA pode contribuir com a minha aula?



Disponível em:

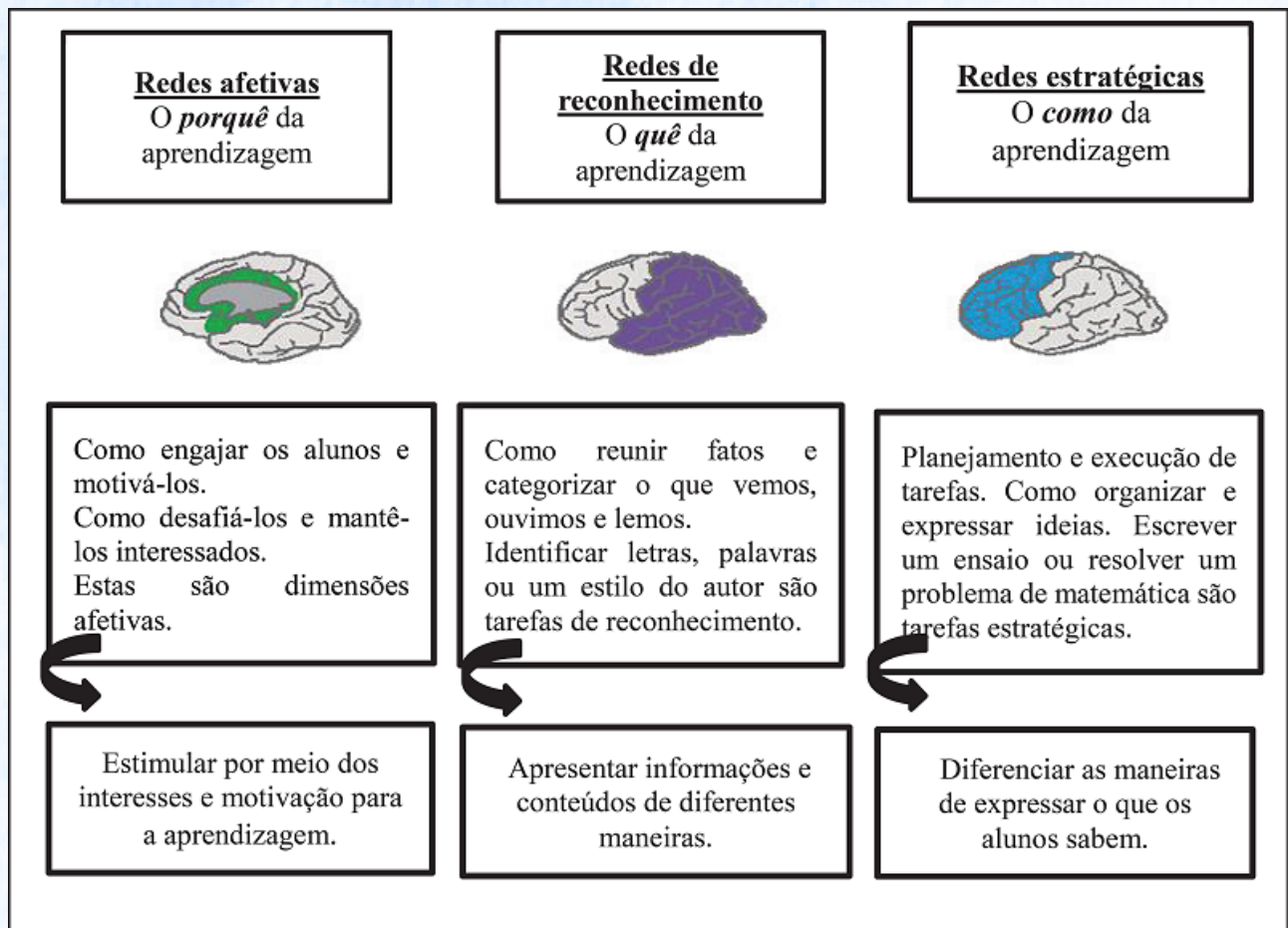
<http://comolidarcomalunospecies.blogspot.com/p/tirinhas-sobre-nee.html>

2º Encontro: Circuito Formativo em Educação Inclusiva



Existem três princípios fundamentais

Baseados na investigação neurocientífica que orientam o DUA e fundamentam suas diretrizes



Essas diretrizes devem ser selecionadas e aplicadas de acordo com as particularidades de cada caso. Não há uma receita, e sim um conjunto de estratégias para auxiliar na criação de oportunidades de aprendizagem. O ideal é que sejam utilizadas para planejar e avaliar objetivos, metodologias, materiais e métodos de avaliação, a fim de criar um ambiente de aprendizagem acessível para todos.



O DUA diz respeito a uma série de referências cientificamente comprovadas para guiar a prática educativa que:
Proporciona flexibilidade nas formas que as informações são apresentadas, nos modos que os estudantes respondem ou demonstram seus conhecimentos e habilidades e nas maneiras que os estudantes são motivados e se comprometem com seu próprio aprendizado.

2º Encontro: Circuito Formativo em Educação Inclusiva



Que tal ampliarmos o conhecimento?

O DUA é uma abordagem pedagógica que visa tornar o ensino mais acessível e inclusivo para todos os estudantes, considerando suas diversas habilidades e características individuais.



Reduz as barreiras na forma de ensinar, proporciona adaptações, apoios e desafios apropriados, e mantém altas expectativas de êxito para todos os estudantes, incluindo aqueles com deficiências e os que se encontram limitados por sua competência linguística no idioma da aprendizagem.

Sugestões de leitura para trabalhar a temática:

REVISTA, Acessibilidade na UFC. Secretaria de Acessibilidade UFC Inclui. Universidade Federal do Ceará- Disponível em: NAIA, Núcleo de Acessibilidade e Inclusão Acadêmica - NAIA. Cartilha I - Acesso: 05 de abril de 2023.



Sugestão de vídeo para trabalhar a temática:

Live: Desenho universal para a aprendizagem

<https://www.youtube.com/watch?v=yA-bK-OH6gs>

3º Encontro: Circuito Formativo em Educação Inclusiva



MATERIAIS DIDÁTICOS ACESSÍVEIS

Para início de conversa vamos refletir...



Sugestão de vídeo para trabalhar a temática:
A história de um menino com deficiência física
<https://www.youtube.com/watch?v=yA-bK-OH6gs>



O que é flexibilização curricular?

- O termo flexível indica oposição ao que é duro, fixo, fechado.
 - Assim, no contexto educacional, flexibilizar significa garantir o direito à diferença no currículo
-
- Implica a busca pela coesão da base curricular comum com a realidade dos estudantes, suas características sociais, culturais e individuais – incorporando assim também os diferentes modos de aprender e as múltiplas inteligências presentes em sala de aula.
 - De modo que todos se reconheçam no currículo e sejam protagonistas no próprio processo educacional.

Que legislações garantem a flexibilização curricular?

Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDBEN, nº 9394/1996

- Art. 59. Os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação: (Redação dada pela Lei nº 12.796, de 2013)
- I - currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos, para atender às suas necessidades;

Lei Brasileira de Inclusão - LBI, nº 13.146/2015

- Art. 28.
- V - adoção de medidas individualizadas e coletivas em ambientes que maximizem o desenvolvimento acadêmico e social dos estudantes com deficiência, favorecendo o acesso, a permanência, a participação e a aprendizagem em instituições de ensino;
- VI - pesquisas voltadas para o desenvolvimento de novos métodos e técnicas pedagógicas, de materiais didáticos, de equipamentos e de recursos de tecnologia assistiva;

3º Encontro: Circuito Formativo em Educação Inclusiva



E AGORA?

- Como eu faço para deixar meu planejamento flexível?
- Eu retiro algum conteúdo?
- Sou eu ou a coordenação que realiza isso?
- A sala de recurso ajuda?

Trabalho em equipe

É muito importante que o trabalho em equipe, envolva os diferentes profissionais que atendem os estudantes para elaboração de projetos curriculares individuais (SCHERER; GRAFF, 2017)



Vamos refletir sobre o trabalho em equipe?

Dinâmica da caneta na garrafa



Sugestão de vídeo para trabalhar a dinâmica:

Dinâmica de grupo com uma garrafa. Foco no objetivo

<https://www.youtube.com/watch?v=2ID9tQWWQss>



Sondagem do estudante!

Avaliação das habilidades que o aluno apresenta e as habilidades que precisa desenvolver.

3º Encontro: Circuito Formativo em Educação Inclusiva



Como desenvolver estratégias pedagógicas inclusivas?



- O ponto de partida deve ser o próprio aluno e a avaliação.
- Observar as barreiras existentes e investir na diversificação de estratégias pedagógicas para que o estudante tenha uma aprendizagem significativa.
- Um dos princípios da educação inclusiva é que toda pessoa aprende, sejam quais forem suas particularidades intelectuais, sensoriais e físicas.



Sugestão de vídeo para trabalhar a temática:

Estratégias pedagógicas inclusivas para melhorar o ensino para todos

https://www.youtube.com/watchapp=desktop&v=ke_KLoUAuiw

3º Encontro: Circuito Formativo em Educação Inclusiva



Para pensar...

Adaptações de materiais

Para quem ensinar?
O que ensinar?
Como ensinar?
Qual o objetivo?

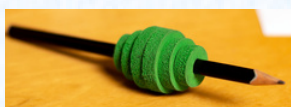
Você sabe a diferença?



Agora vamos para atividade prática!

Refleta sobre as necessidades específicas do seu aluno com deficiência e construa uma atividade adaptada.

Dicas de alguns materiais adaptados na Educação Infantil



3º Encontro: Circuito Formativo em Educação Inclusiva



Hora de socializar!

Após a construção de materiais cada professora terá alguns minutos para falar sobre o material que confeccionou e o objetivo para o grupo.

Sugestões de leitura para trabalhar a temática:

MENDES, G. M. L; SILVA, F. C. T. Currículo e conhecimento escolar na contemporaneidade: desafios para a escolarização de sujeitos com deficiência. Arquivos Analíticos de Políticas Educativas, Arizona, Estados Unidos, v. 22, n. 80, p. 1-19, ago. 2014.



GARCIA, Rosalba Maria Cardoso. O conceito de flexibilidade curricular nas políticas públicas de inclusão educacional. In: BAPTISTA, Cláudio Roberto, e col. Inclusão, práticas pedagógicas e trajetórias de pesquisa. Editora Mediação, Porto Alegre, 2007.

Sugestão de vídeo para trabalhar a temática:



COMO FAZER MATERIAL ADAPTADO PARA ALUNO DEFICIENTE VISUAL?

<https://www.youtube.com/watch?v=MjrxtsdOu1Q>

Como fazer ADAPTAÇÃO CURRICULAR para alunos com deficiência.

<https://www.youtube.com/watch?v=Da8g-2VOY5Y>